

GS INIMA SERVICOS DE SANEAMENTO EIRELI

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

GS INIMA SERVICOS DE SANEAMENTO EIRELI

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Acionistas da
GS INIMA SERVICOS DE SANEAMENTO EIRELI
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **GS INIMA SERVICOS DE SANEAMENTO EIRELI** (“**Sociedade**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GS INIMA SERVICOS DE SANEAMENTO EIRELI** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 15 de fevereiro de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG.009485/F-0


Marcos Vinicius G. Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8 - S - MG

GS INIMA SERVIÇOS DE SANEAMENTO EIRELI

Balanços patrimoniais

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota explicativa	2020	2019 (não auditado)		Nota explicativa	2020	2019 (não auditado)
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.661	293	Fornecedores		142	-
Impostos a recuperar		110	-	Obrigações sociais		226	3
Partes relacionadas	5	724	-	Obrigações fiscais		56	-
Outros créditos		3	-	Partes relacionadas	5	1.058	2
Total do ativo circulante		2.498	293	Total do passivo circulante		1.482	5
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						1.482	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		-	4		7		
Imobilizado	6	28	-	Capital social		300	300
Intangível		9	-	Lucros acumulados		753	(8)
		37	-			1.053	292
Total do ativo não circulante		37	4	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL DO ATIVO		2.535	297			2.535	297

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GS INIMA SERVIÇOS DE SANEAMENTO EIRELI

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019 (não auditado)
RECEITA LÍQUIDA	8	3.364	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	9	(1.418)	-
LUCRO BRUTO		1.946	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
Gerais e administrativas	9	(846)	(11)
RESULTADO FINANCEIRO		1.100	(11)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	10	9	-
Despesas financeiras	10	(3)	(1)
		6	(1)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		1.106	(12)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11	(341)	-
Diferidos	11	(4)	4
		(345)	4
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		761	(8)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GS INIMA SERVIÇOS DE SANEAMENTO EIRELI

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	2020	2019 (não auditado)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	761	(8)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>761</u>	<u>(8)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GS INIMA SERVIÇOS DE SANEAMENTO EIRELI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE OUTUBRO DE 2019 - Data de sua constituição	300	-	300
Prejuízo líquido do exercício	-	(8)	(8)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (não auditado)	300	(8)	292
Lucro líquido do exercício	-	761	761
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	300	753	1.053

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GS INIMA SERVIÇOS DE SANEAMENTO EIRELI

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	2020	2019 (não auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	761	(8)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	4	(4)
Depreciação e amortização	3	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(110)	-
Outros créditos	(4)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	142	-
Partes relacionadas	333	2
Obrigações sociais	223	3
Obrigações fiscais	56	-
Caixa oriundo das atividades operacionais	1.408	(7)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	(31)	-
Aquisição de ativo intangível	(9)	-
Caixa oriundo das atividades de investimento	(40)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos:		
Integralização de capital social	-	300
Caixa oriundo das atividades de financiamento	-	300
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.368	293
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	293	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.661	293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A GS INIMA SERVIÇOS DE SANEAMENTO EIRELI (“Sociedade”), foi constituída em 1º de outubro de 2019 e tem como atividades principais:

- i. Captação, tratamento e distribuição de água para fins de abastecimento;
- ii. Gestão de redes de água e esgoto, especialmente para operação e manutenção das estações de tratamento de água e de esgoto;
- iii. Construção de estações e redes de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e construções correlatas;
- iv. Gerenciamento e execução de obras por meio de contrato de construção por administração;
- v. Serviços de engenharia, incluindo elaboração e gestão de projetos, bem como serviços de inspeção técnica relacionados as áreas de supervisão de contratos de execução de obras e supervisão e gerenciamento de projetos;
- vi. Serviços de gestão comercial, incluindo a medição de consumo de água, associados ou não a manutenção de medidores de consumo, serviços de ligação e corte de consumo e demais serviços correlatos; e
- vii. Serviços de coleta de resíduos não perigosos de origem urbana ou industrial, por meio de lixeiras, veículos, caçambas e outros.

A sede da Sociedade está localizada na Rua Joaquim Floriano, 1052, 6º andar, conjunto 61, sala 2, Itaim Bibi, São Paulo.

1.1. Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Sociedade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações.

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para Sociedade ao longo do exercício de 2021 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Sociedade continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

2. Base para preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Sociedade. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante todo o exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram.

A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

iii. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa nº 13.

3.2. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

i. Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

ii. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base em saldo de base tributável negativa (ativo) e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

3.4. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

3.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

GS INIMA SERVICOS DE SANEAMENTO EIRELI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

b) Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber:

- Imobilizado - Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17);

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	4	3
Bancos	31	290
Aplicações Financeiras	1.626	-
Total	<u>1.661</u>	<u>293</u>
Ativo circulante	1.661	293

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são remuneradas entre 96,5% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

5. Partes relacionadas

As transações efetuadas com a controladora e outras partes relacionadas são relativas, substancialmente, a contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras. As transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	<u>2020</u>			<u>2019</u>
Contas	Contas	Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras	Custos/despesas operacionais	Contas
a receber	a pagar			a pagar
GS Inima Brasil Ltda	-	(7)	-	(2)
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A	588	-	2.719	-
Caepa Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A	1	-	32	-
Comasa Cia Águas de Santa Rita S.A	11	-	33	-
Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A	124	-	935	-
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	-	(1.051)	-	-
Total	<u>724</u>	<u>(1.058)</u>	<u>3.719</u>	<u>(2)</u>

GS INIMA SERVICOS DE SANEAMENTO EIRELI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

6. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Total
<u>Custo do imobilizado bruto</u>			
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Adições	5	26	31
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	<u>5</u>	<u>26</u>	<u>31</u>
<u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Depreciação	-	(3)	(3)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Valor contábil líquido em 31/12/2019	-	-	-
Valor contábil líquido em 31/12/2020	5	23	28
Vida Útil (anos)	2 a 13	5	

A Sociedade revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

7. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social é representado por 300.000 cotas, subscritas e integralizadas, com o valor nominal de R\$ 300, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de cotas	Participação direta no capital social (%)
GS Inima Brasil Ltda	300.000	100
	<u>300.000</u>	<u>100</u>

8. Receitas

São representadas por:

	2020	2019
Receita líquida	<u>3.364</u>	<u>-</u>

GS INIMA SERVICOS DE SANEAMENTO EIRELI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prestação de serviço	3.719	-
ISS	(158)	-
PIS	(35)	-
COFINS	(162)	-
Receita líquida	<u>3.364</u>	<u>-</u>

9. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

CUSTO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custos de pessoal	1.017	-
Materiais	147	-
Serviços	197	-
Outros custos com operação e (recuperação)	57	-
Total	<u>1.418</u>	<u>-</u>

DESPESAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Com pessoal	241	9
Materiais Adm	26	-
Serviços de terceiros	524	1
Depreciação/amortização	3	-
Outras Despesas	52	1
Total	<u>846</u>	<u>11</u>

GS INIMA SERVICOS DE SANEAMENTO EIRELI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

10. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	9	-
Total	9	-
Despesa financeira		
Outras	(3)	(1)
Total	(3)	(1)
Resultado financeiro líquido	6	(1)

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.106	(12)
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(376)	4
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Diferenças Permanentes	30	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	(345)	4
Correntes	(341)	-
Diferido	(4)	4
Total	(345)	4

12. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.

13. Instrumentos financeiros

13.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

13.2. Exposição a riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade não apresentava saldo de passivo exposto a riscos de taxas de juros relevantes.

13.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

13.4. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 representam o valor justo em função da natureza e característica dos saldos registrados em balanço. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

14. Eventos subsequentes

A Sociedade não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.

GS INIMA SERVICOS DE SANEAMENTO EIRELI

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

15. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 15 de fevereiro de 2021.